



**Ilmo.(a) Sr.(a)** \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_,  
RG \_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_,  
cidade \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, cargo/função  
\_\_\_\_\_, da EE \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, venho à presença de Vossa  
Senhoria, com fundamento no artigo 5º, incisos XXXIII e XXXIV, da  
Constituição Federal de 1988, artigo 114 da Constituição Paulista requerer  
que seja aplicada à decisão proferida nos autos da Ação Civil Pública,  
processo 1065795-73.2020.8.26.0053, promovida pelo Centro do  
Professorado Paulista e as entidades do magistério, que impõe ao Estado a  
obrigação de não convocar os filiados do Centro do Professorado Paulista e  
demais entidades do magistério, para atuar de forma presencial nas unidades  
escolares.

Ressalte-se que, nos termos do artigo 24 da Lei  
10.177/98, a Administração Pública, em nenhuma hipótese, poderá recusar-  
se a protocolar a petição, sob pena de responsabilidade do agente.

Termo em que

Peço deferimento.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_